



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
XV CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

2ª FASE

PROVA DISSERTATIVA

Leia atentamente os enunciados e responda as questões abaixo:

1ª Questão: (2,0 pontos)

No cenário do controle de constitucionalidade estatuído pela Constituição Federal de 1988, que papel é reservado à Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF?

2ª Questão: (1,0 ponto)

No debate contemporâneo sobre a composição dos conflitos de trabalho, a arbitragem por vezes desponta como uma das possibilidades de solução extrajudicial dos litígios do trabalho. Responda:

- a) há alguma previsão legal para o uso da arbitragem no Direito do Trabalho?
- b) o uso da arbitragem, se cabível nas relações de trabalho no Brasil, envolveria dissídios individuais?
- c) é possível a fixação de cláusula compromissória nos contratos de trabalho e nos instrumentos de negociação coletiva (acordo ou convenção)?

3ª Questão: (2,0 pontos)

Um grupo de professores do Município de Cipoal de Cima ingressou com reclamação trabalhista, com pedido liminar de reintegração, alegando que foram despedidos imotivadamente por meio de decreto editado pelo novo Prefeito. A inicial sustenta que ingressaram no serviço público mediante prévia aprovação em concurso público na gestão do antecessor e que não foram atendidas as formalidades legais para a validade do ato de despedida, como a ampla defesa, o que eiva de nulidade o mencionado decreto municipal.

A contestação sustentou a legalidade da dispensa com base em dois fundamentos: a) por serem empregados públicos, os autores não eram portadores de estabilidade; e b) o Município necessitava ajustar o seu orçamento aos limites de despesas determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, embora não tenha juntado aos autos qualquer demonstrativo do excesso de despesa com pessoal.

Analise a situação proposta e responda:

- a) é cabível a reintegração dos autores? Por quais fundamentos?
- b) se cabível, que tipo de tutela deve ser prestada pelo Juiz?



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
XV CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

4ª Questão: (3,0 pontos)

Patrícia Palmeira, viúva de Pedro Pinto Palmeira, por si e representando dois filhos menores de 13 anos, propôs ação trabalhista em face da Pedreira Pedra Preta na qual formulou pedidos de pagamento de horas extraordinárias e diferenças de FGTS.

Além disso, argumentou que o *de cujus* sofreu acidente quando se encontrava no trajeto para o local de trabalho em ônibus pertencente a uma empresa de transporte coletivo, embora locado pelo empregador. Formulou pedido de reparação de danos materiais e morais, a serem arbitrados pelo julgador, tendo em vista a redução da receita da família e dor provocada pelo desaparecimento do ente querido. Requereu, por fim, que na divisão dos créditos lhe fosse reservada parcela equivalente à metade do valor final apurado no processo, por ser cônjuge sobrevivente.

Foi constatado, na perícia realizada pelo órgão de trânsito, que o acidente foi causado pelo mau estado de conservação do veículo, que se encontrava com dois pneus em avançado desgaste. Em audiência, compareceu voluntariamente Martina Matos e apresentou certidão de nascimento de Marinaldo Matos Palmeira, também filho menor (3 anos) do falecido, nascido de união extraconjugal com ela mantida. Requereu a habilitação do seu filho nos autos do processo e o pagamento da parcela a que faz jus. Impugnou, por outro lado, o critério de divisão dos créditos apontado pela viúva.

A empresa alegou a incompetência da Justiça do Trabalho em relação ao pedido indenização pelo acidente do trabalho, porque este diz respeito a direito próprio da viúva e filhos, não do *de cujus*. Impugnou também a habilitação requerida pelo terceiro filho (Marinaldo), por inexistir processo de inventário. Negou a sua responsabilidade quanto à reparação dos danos acidentários, sob o fundamento de que o contrato de locação continha cláusula específica que transferia toda a responsabilidade para a empresa locadora, inclusive quanto à manutenção dos veículos locados. Além disso, alega que não concorreu com culpa no evento. Por fim, requereu o chamamento ao processo da empresa transportadora e alegou a impossibilidade de serem arbitrados os danos materiais e morais, os quais exigiriam prova pré-constituída.

A partir dos elementos contidos na situação proposta, examine, fundamentadamente, os seguintes aspectos da controvérsia:

- a) competência da Justiça do Trabalho em relação ao pedido de reparação de danos provocados pela morte do empregado;
- b) legitimação ativa de todos os autores e a possibilidade de habilitação do terceiro filho, processada nos próprios autos da ação trabalhista;
- c) critério de divisão dos créditos oriundos do contrato de trabalho;
- d) possibilidade de responsabilização do empregador pelos danos causados em virtude da morte do empregado no acidente;
- e) possibilidade de presunção e de arbitramento de danos materiais e morais oriundos do acidente;
- f) cabimento da intervenção de terceiros requerida.

5ª Questão: (2,0 pontos)

Discorra sobre a possibilidade de reconhecimento de lesões pré-contratuais, passíveis de reparação, no âmbito do Direito do Trabalho.